

Marx e a América Latina? Uma crítica à tese de José Aricó¹

Flávio Miranda

Professor de Economia Política
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

¹ Agradeço a Marcelo Carcanholo, orientador da tese de doutorado que deu origem a este artigo e que, mais especificamente, forneceu insights fundamentais para o argumento aqui desenvolvido. Agradeço também aos comentários e sugestões da equipe editorial da revista *Outubro* e do parecerista designado para avaliar este artigo. De todo modo, o texto final é de minha exclusiva responsabilidade.

Marx e a América Latina? Uma crítica à tese de José Aricó

Resumo: Este artigo engaja-se em uma polêmica acerca dos escritos de Marx sobre o mercado mundial. Mais especificamente, fazemos frente às teses de Aricó a respeito do lugar que a América Latina ocupa nas reflexões marxianas. Para Aricó, o volume relativamente pequeno de textos de Marx sobre a América Latina revelaria posições teóricas do autor alemão. Sua concepção de mundo seria incapaz de conceber a forma necessariamente desigual do desenvolvimento do capitalismo em diferentes contextos sócio-históricos, assim como a necessária desigualdade no desenvolvimento dos complexos que o conformam. Assim, apresentamos criticamente as hipóteses aventadas por Aricó para a sua pergunta e esboçamos uma resposta alternativa para um ponto central de sua crítica: a relação entre as relações econômicas capitalistas e o Estado.

Palavras chave: 1. José Aricó; 2. Karl Marx; 3. América Latina.

Marx and Latin America? A critique to José Aricó's thesis

Abstract: This paper engaged in a debate about Marx's writings on the world market. More specifically, we stand against Aricó's thesis on the role of Latin America in Marx's reflections. According to Aricó, the relatively small volume of Marx's texts about Latin America reveals his theoretical positions. His understanding of the world would not be able to conceive the necessary unevenness of historical development in different socio-historical contexts, as much as the necessary unevenness in the development of its constituting complexes. Thus, we critically present Aricó's hypotheses to answer to his question and develop an alternative answer for a central argument of his critique: the relation between capitalist economic relations and the State.

Keywords: 1. Karl Marx; 2. José Aricó; 3 . Latin America.

Por estranho que possa parecer a polêmica que abordamos neste artigo não se baseia em textos redigidos por Marx, mas em linhas que o autor, supostamente, deixou de escrever. Referimo-nos à tese defendida por Aricó em seu influente *Marx e a América Latina* (1982). Particularmente, uma pergunta inquieta Aricó: por que Marx escreveu tão pouco sobre nosso subcontinente, apesar de ter-se ocupado de diversas outras regiões do planeta. Em suas palavras:

“como é possível que Marx se descuidasse, explícita ou implicitamente, da realidade latino-americana, se sua perspectiva de análise o colocava, forçosamente, frente a frente com uma das peças fundamentais do sistema econômico e político instituído pela Inglaterra?” (ARICÓ, 1982, p. 65).

Ainda que este possa ser visto com um daqueles casos em que, antes da reposta, na própria formulação da pergunta reside o equívoco fundamental, acompanhemos o argumento de Aricó, uma vez que nele transparece uma crítica contundente a Marx que diz respeito à possibilidade, ou não, de se compreender o desenvolvimento desigual a partir de seu legado. Para Aricó, no arcabouço teórico marxiano residiriam “obstáculos subjetivos, mas (...) também objetivos que o impediram de ver algo que *necessariamente deveria ver*” (*ibid.*, *grifos no original*). O importante intelectual argentino acredita que ambas hipóteses que aventa para explicar a relativa ausência da América Latina na obra de Marx põem “em evidência certas tensões internas da reflexão marxiana, derivadas (...) da dificuldade de abandonar por completo a herança hegeliana” (*ibid.*, p. 66).

É pertinente recordar nesta breve introdução que, como indica o autor, *Marx e a América Latina* (1982) é resultado de estudos sobre “a difusão do marxismo no processo de formação do socialismo latino-americano” (*ibid.*, p. 29). De fato, uma investigação por alto da trajetória intelectual de Aricó revela

seu embate, desde muito cedo, com as engessadas e esquemáticas concepções do “marxismo-leninismo” para o desenvolvimento histórico e, especialmente, quanto ao que isso significa para as questões práticas com as quais os revolucionários latino-americanos tiveram (e tem de!) se defrontar.

É com esse espírito que, em abril de 1963, o autor engaja-se na edição da revista *Pasado y Presente*, que vem ao mundo com a importante missão de arejar o marxismo latino-americano para além do sufocante dogmatismo teórico patrocinado pelas burocracias partidárias ligadas ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Nas palavras de Aricó:

“La revista, cuya primera serie concluye en septiembre de 1965, pretendía organizar una labor de recuperación de la capacidad hegemónica de la teoría marxista sometiéndola a la prueba de las demandas del presente. (...) cuestionábamos el llamado ‘marxismo-leninismo’ como patrimonio teórico y político fundante de una cultura de la transformación” (ARICÓ, 2005, p. 89).

A adesão à bem-vinda onda de renovação do marxismo que iniciara-se alguns anos antes, precisamente após o XX Congresso do PCUS em 1956, com as denúncias dos crimes de Stálin, renderam ao intelectual cordobês a expulsão do Partido Comunista Argentino. Os anos seguintes são marcados pela filiação de “Pancho”, “no sin espíritu crítico, al peronismo de izquierda, a través del acercamiento a la experiencia del montonerismo” e por uma segunda etapa de edição da *Pasado y Presente* (ÍPOLA, 2005, p. 13).

É apenas nos anos de exílio no México (1976-1983), contudo, que “Pancho redescubre y a la vez problematiza la realidad latino-americana” (*ibid.*, p. 13). A partir de meados dos anos 1970, o México foi importante ponto de atração de diversos militantes e intelectuais latino-americanos de esquerda, forçados a abandonar seus países que experimentavam sangrentas ditaduras militares. Como recorda Burgos, neste período o país foi palco privilegiado de “una extensa experiencia de reflexión de la intelectualidad de izquierda latino-americana sobre los motivos del fracaso de los proyectos transformadores” no subcontinente (BURGOS, 1997, p. 35). Em especial, Burgos destaca os vários “importantes encuentros de intelectuales” organizados no México, como o “Seminario de Morelia (Michoacán)”, em 1980 (*ibid.*, p. 35). Abertamente

inspirado nas contribuições de Antonio Gramsci² ao pensamento marxista, o objetivo do Seminário, segundo Aricó no livro que dele resultou, “era romper ese tipo de brecha abierta entre análisis da realidade e propuestas teóricas e políticas de transformación” (ARICÓ *apud* BURGOS, 1997, p. 35).

Não é demais ressaltar, uma vez mais, a justeza da oposição a um marxismo oficial que “suspeitavade todas aquellas posiciones que ao enfatizar a ‘excepcionalidade’ deixavam supostamente de lado a uniformidade capitalista de tais” (ARICÓ, 2005, p. 99). Isto é, do contraponto uma visão de mundo que era fundamentalmente incapaz de oferecer respostas para o problema do desenvolvimento desigual, em suas diferentes manifestações. No livro com o qual debateremos em seguida, contudo, Aricó esforça-se por demonstrar que tais deformações do marxismo-leninismo³ têm raízes na teoria do próprio Marx. É unicamente com as teses que tentam embasar este posicionamento que nos limitaremos debater neste artigo, seguindo a linha de argumentação de *Marx e a América Latina* (1982).

² Sobre a relação entre as contribuições do importante marxista sardo e *Marx e a América Latina* (1982), Aricó diz, em um juízo retrospectivo, que inspirara-se nas “dos categorías esenciales del análisis teórico de Gramsci, la *criticidad* y la *historicidad*”, tanto na “problematización de la historia del marxismo”, quanto em sua “tentativa de reconstrucción de las relaciones entre el pensamiento de Marx y América Latina” (ARICÓ, 2005, p. 108). Esta regressão intelectual, contudo, não encontra guarida no corpo textual da obra com a qual debateremos neste artigo. Em *Marx e a América Latina* (1982), Aricó não faz nenhuma referência, nem desenvolve seus argumentos a partir dos conceitos gramscianos. Em suma, a suposta influência não corresponde a nada mais que uma espécie de petição de princípios, uma inspiração que Aricó teria buscado para animar uma “visión desprejuiciada, no ideológica, o, para decirlo mejor, laica del marxismo (...)” (*ibid.*, p. 108).

³ Que remontam, na verdade, aos debates realizados no âmbito da Segunda Internacional (KOHAN, 2009, p. 337). Para uma reconstituição destes debates, ver Galissot (1986).

Notemos que Aricó adere à noção de que há uma ruptura na obra marxiana no que diz respeito à forma como o autor pensava o mundo colonial⁴. Esse corte, situado por Aricó em meados dos anos 1860, não responderia, contudo, a questão que acabamos de reproduzir, uma vez que o espaço da América Latina nas reflexões textuais de Marx permaneceu exíguo⁵. Em suas palavras: “Ao combater o critério do *européismo* de Marx como princípio explicativo para dar conta de sua oclusão paradoxal, tivemos de percorrer um exaustivo caminho cujo efeito contraditório é nos mostrar as limitações de um método” (*ibid.*, p. 116). Ou seja, Aricó esforça-se por demonstrar que há na teoria de Marx, até

⁴ São muitas as leituras dos escritos de Marx sobre o colonialismo que apontam para a existência de duas fases na evolução intelectual do autor em sua compreensão do mercado mundial: uma primeira, muitas vezes chamada “eurocêntrica”, na qual o revolucionário alemão enxergaria uma via única para o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista; uma segunda, abertamente “multilinear”, isto é, que reconheceria a forma necessariamente desigual do desenvolvimento histórico. São influentes aderentes desta tese Kohan (2009), entre os marxistas latino-americanos, e Anderson (2010), entre os anglo-saxões. Os autores concordam que na “fase eurocêntrica” Marx compreenderia o progresso à luz da “filosofia da história universal”, no entanto divergem quanto à localização exata da tal ruptura em seu pensamento. De fato, são muitas as interpretações quanto à localização exata da suposta “virada” marxiana: Herrera (2008, p. 211), Löwy (2013, p. 9) e Dussel (1990, p. 261), acreditam que Marx abandone a perspectiva eurocêntrica definitivamente apenas no final dos anos 1870, com o contato com militantes russos (*ibid.*, p. 245); Scaron (1972, p. 8), Bianchi (2010, p. 182) e Aricó (1982, p. 54-55) defendem que os escritos sobre a Irlanda a partir de 1867, nos quais Marx expressa a convicção de que a primeira condição para a revolução proletária na Inglaterra seria a emancipação nacional irlandesa, marcam uma virada no pensamento de Marx; e Kohan (2009, p. 348-353) vê a partir de fins dos anos 1850, com a redação do *Grundrisse*, uma verdadeira ruptura no pensamento de Marx no que diz respeito à relação “del capital europeo occidental con los pueblos y países de la periferia colonial o dependiente” (*ibid.*, p. 349). Para uma crítica da “tese da ruptura” que resgata a ontologia marxiana esboçada a partir dos *Manuscritos de 1844* e desenvolvida ao longo dos anos seguintes, em especial em *A ideologia alemã e Miséria da filosofia*, ver Miranda (2016).

⁵ Aricó reiteradamente diz que “hoje temos evidências de que os textos de Marx e Engels referentes de forma direta ou indireta à América Latina são mais abundantes do que habitualmente se pensa (...)” (ARICÓ, 1982, p. 34) sem, no entanto, apontar quais textos seriam estes. Anderson, em seu *Marx at the Margins*, menciona e comenta um trecho ainda não publicado das notas de Marx sobre Kovalevsky, escritas entre 1879 e 1882, que trata tanto da colonização espanhola nas Américas quanto das formas comunais pré-colombianas (ANDERSON, 2010, p. 220-224), temas que já haviam chamado a atenção de Marx desde, pelo menos, o início dos anos 1850, como denotam os extratos das leituras de *History of the Conquest of Mexico* e *History of the Conquest of Peru*, escritos pelo historiador estadunidense Prescott, que compõe os chamados *Cadernos de Londres* (PRADELLA, 2015, p. 109). Note-se ainda que os *Cadernos de Pasado y Presente*, da qual Aricó era um dos editores, publicara em 1972 um volume com diversos trechos de textos em que Marx e Engels citavam o subcontinente latino-americano (MARX; ENGELS, 1972).

mesmo em seus momentos mais maduros, uma incontornável incapacidade de compreender a realidade de nosso continente,⁶ o que explicaria sua suposta negligência.

As duas hipóteses de Aricó para a suposta negligência de Marx

Acompanhemos de perto, então, a tentativa de resposta de Aricó. Sua “primeira hipótese (...) refere-se ao peso que pode ter tido na consideração marxiana do ‘caso latino-americano’ a herança filosófica hegeliana que, como é sabido, não destinava à América nenhum lugar autônomo na história universal do espírito humano” (*ibid.*, p. 67). Este argumento resgata a temática do estancamento relativo das sociedades asiáticas, concluindo que a questão se situa no campo das possibilidades da passagem dos “povos sem história” ao rol das “nações vitais” (*ibid.*, p. 68), ou “nações históricas” (*ibid.*, p. 66). Ainda que reconheça que esta terminologia, em Marx, tenha apenas significado metafórico (*ibid.*, p. 69), Aricó acredita que a falta de fundamentação teórica à “noção de ‘povos sem história’” indica que seu uso tenha um fundo político (*ibid.*, p. 91-92).

Segundo o autor, para Marx uma nação provar-se-ia “vital” ou “histórica” ao demonstrar vontade de lutar “pela conquista de seu próprio destino” (*ibid.*, p. 77). Isto é, as “nações vitais” seriam aquelas “capazes de participarem do desenvolvimento histórico, de constituírem estados autônomos ou de contarem com as forças suficientes para conquistar no futuro sua independência nacional” (*ibid.*, p. 68-69). Apesar de tentar apresentar esta noção como um resíduo hegeliano nunca superado por Marx, Aricó não tem referências outras

⁶ No juízo de um declarado discípulo de Aricó: “En *Marx y América Latina* Pancho da cuenta del sorprendente pero no arbitrario desencuentro entre una mirada que habitualmente veía todo (‘Al menos, así lo creímos durante décadas’, complementa em nota) pero que esta vez, precisamente al dirigirse hacia nosotros, ya no ve nada” (ÍPOLA, 2005, p. 17).

que os escritos do autor sobre a China e a Índia dos anos 1850⁷ (*ibid.*, p. 67). Neste caso, porém, mesmo as primeiras considerações de Marx sobre estes países tinham por pano de fundo a perspectiva da libertação nacional autóctone⁸. Assim, mesmo que aceitássemos a caracterização do pensamento de Marx por Aricó, não poderíamos deixar de reconhecer como “históricas” as mencionadas sociedades orientais.

Recordemo-nos que para Aricó esta perspectiva sequer estaria nas entrelinhas dos textos de Marx sobre a América Latina, já que eles nunca foram escritos. Precisamente, é nesta ausência que o autor se baseia para afirmar que de maneira “indubitável”, “indiscutível”, “evidente” etc., “esta perspectiva de análise nós a encontramos em Marx” (*ibid.*, p. 74). Na verdade, no único texto de Marx sobre o subcontinente que faz questão de citar, *Bolívar y Ponte*, é na

⁷ Notemos que o trabalho de Aricó caracteriza-se, entre outras coisas, pela ausência de referências que comprovem suas afirmações. Este é o caso dos textos supostamente eurocêntricos de Marx. Por exemplo, para falar da noção de “estancamento oriental” é à “ampla seção que Hegel dedica ao ‘mundo oriental’ em suas *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal (...)*” que recorre Aricó, para logo depois afirmar que é “esta ideia que Marx retoma”, sem, contudo, demonstrá-lo (ARICÓ, 1982, p. 67). Outra característica notável é o fato de que, na ausência de referências que comprovem o uso da metáfora “povos sem história” por Marx, Aricó recorra (não apenas neste caso) ao artifício de tratar o autor e Engels como se fossem uma só pessoa. Isto é, a despeito do título de seu livro, passa a analisar textos “Marx e Engels” que, quando listados, revelam-se terem sido escritos, em sua maior parte, por Engels (*ibid.*, p. 69). Ademais, além do artigo em que Marx analisa os possíveis resultados do colonialismo britânico na Índia, é possível encontrar pelo menos mais uma referência à “ausência de história” em seus escritos. Curiosamente, no entanto, reportando-se à Alemanha: “Mas é claro, também, que na Alemanha é impossível escrever tal história, pois aos alemães faltam não apenas a capacidade de concepção e o material, como também a ‘certeza sensível’, e do outro lado do Reno não se pode obter experiência alguma sobre essas coisas, pois ali *já não ocorre mais nenhuma história*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34, *grifos no original*).

⁸ Em 1853, por exemplo, Marx compreendia a Rebelião Taiping na China, como uma “revolução formidável” (MARX; ENGELS, 1975, v. 12, p. 93). No mesmo ano, em *Resultados futuros da dominação britânica* na Índia, o autor entendia que unidade nacional, trazida a ferro pelo colonialismo britânico, era pré-condição para a emergência de um movimento de libertação nacional, cujo ideal anticolonial poderia propagar-se pela “imprensa livre, introduzida pela primeira vez na sociedade asiática e administrada pelo esforço comum de hindus e europeus (...)”, assim como percebia na formação de um exército indiano treinado pelos europeus um possível foco rebelde (*ibid.*, p. 218). Essa avaliação, em particular, foi corroborada pelos fatos poucos anos depois, com a Rebelião dos Cipayos. A esse respeito, Marx escreveu que ao criar um exército nativo “a dominação britânica simultaneamente organizou o primeiro centro geral de resistência possuído pelo povo indiano” (MARX; ENGELS, 1975, v. 15, p. 297-298).

ênfase às contingências históricas que o autor vê emergir esta suposta faceta hegeliana.⁹ Em suas palavras:

“Resumindo, pode-se afirmar que foi através do privilegiamento do caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano, pela impossibilidade de visualizar nele a presença de uma luta de classes que fosse expressão de seu movimento real e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica, que Marx se viu obrigado a recolocar a noção, sempre presente no fundo do seu pensamento, de ‘povos sem história’” (*ibid.* p. 105-106).

Ou seja: na falta de “vitalidade histórica”, a sorte ou o acaso teriam sido as grandes estrelas das lutas anticoloniais latino-americanas. Há que se tomar muito cuidado com generalizações deste tipo. Ainda que o texto de Marx seja profundamente crítico à Bolívar e, de fato, Marx esforce-se por apresentá-lo como um inábil líder militar que muitas vezes colhia os louros de acontecimentos pelos quais, supostamente, não tivera a menor responsabilidade, não é em absoluto este o mesmo tratamento que receberam outras lideranças militares latino-americanas, como por exemplo Piar e Páez (MARX; ENGELS, 1972, p. 84-86).

De passagem, notemos que a hipótese de Aricó tem como complemento necessário (para que possa se apoiar no único texto sobre a América Latina que usa em seu livro) a ideia de que as fontes consultadas para escrever o verbete em questão não seriam de todo desfavoráveis a seu personagem principal ou que, ao menos, Marx teria acesso a outras fontes se assim desejasse.¹⁰ No entanto, como argumenta Kohan, os consideráveis erros cometidos por Marx na análise histórica das lutas lideradas por Bolívar são compreensíveis “por la falta de

⁹ Como aponta Kohan, Aricó recorre, sem mencionar, a Ramos que “ya había aventurado más de una década antes (...) el origen hegeliano del prejuicio de Marx hacia Bolívar y América Latina, la tesis central del libro de Aricó” (KOHAN, 2009, p. 357). De fato, no afamado *História da nação latino-americana*, assinala Ramos: “Esses julgamentos infelizes de Marx sobre Bolívar eram, sem dúvida, influenciados pela tradição antiespanhola predominante na Inglaterra, onde Marx vivia, e pelo comum desprezo do Europeu para com o Novo Mundo, cujas origens remontavam aos filósofos da Ilustração e às observações olímpicas de Hegel na sua *Filosofia da História Universal*” (RAMOS, 2014, p. 466).

¹⁰ Para Aricó: “E, se se demonstra, como achamos possível, que Marx dispunha de outras fontes, favoráveis ao seu biografado, a nova pergunta que se coloca é: por que as deixou conscientemente de lado” (ARICÓ, 1982, p. 101, *grifos nossos*). Apesar de não demonstrar o acesso de Marx a outras fontes, Aricó não se exime de colocar “a nova pergunta”.

información y el carácter sesgado de la escasa bibliografía accesible en el Museo Británico” (KOHAN, 2013, p. 182). Ainda segundo Kohan, os três livros a que Marx faz referência em *Bolívar y Ponte*¹¹ foram escritos por “soldados europeos que, por diversos motivos, mantuvieron conflictos personales con Bolívar” (*ibid.*, p. 179).

Seja como for, Marx reconhece que é através de fatos inteiramente contingentes que se desenvolve a história humana, não apenas a latino-americana.¹² Esta frouxa primeira tentativa de Aricó, no entanto, apoia-se em uma segunda hipótese, na qual o ensaísta de Córdoba pretende descarregar, como veremos, toda a contundência de sua crítica. Neste caso, ao contrário da ruptura teórica com um passado eurocêntrico, é precisamente pelo resgate *sui generis* de uma crítica juvenil que Aricó pretende apontar na teoria de Marx, como um todo, o vulto do “fantasma da irracionalidade ou da positividade na história” (ARICÓ, 1982, p. 81).

Mais uma vez o procedimento passa, como já adiantamos, pela identificação de Marx a Hegel por meios meramente especulativos, isto é, sem a utilização de referências textuais comprobatórias (*ibid.*, p. 82-85). Assim, dá a partida Aricó:

“Se na época da reflexão marxiana a América aparecia como um imenso território *vazio*, virtualmente capaz de absorver a superpopulação europeia gerada pelo capitalismo, cuja escassa população autóctone era considerada como tribos ainda relegadas ao estado natural do selvagismo e incultura; se as repúblicas sul-americanas fundavam exclusivamente sua estrutura social na presença ordenadora e despótica de um poder militar; se, no que se refere aos

¹¹ Indica Marx ao final do longo verbete sobre Bolívar: “Véase: *Histoire de Bolivar*, par Gén[éral] Ducodray-Holstein, continuée jusqu’à sa mort par Alphonse Viollet (Paris, 1831); *Memoirs of Gen[eral]*, John Miller (*in the Service of the Republic of Peru*); Col[onel] Hippiisley's *Account of his Journey to the Orinoco* (London, 1819)” (MARX; ENGELS, 1972, p. 93).

¹² Tomemos as palavras de Marx, em carta à Kugelman de 17 de abril de 1871, para nos recordarmos da posição do autor sobre o papel das contingências no desenvolvimento histórico: “A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis. Seria, por outro lado, coisa muito mística se os ‘acidentes’ não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais ‘acidentes’, que incluem o ‘acidente’ do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento” (MARX, 1977, p. 293).

seus elementos constitutivos básicos, a América não completara nessa época sua etapa de formação, ela estava instalada em um tempo histórico cujas determinações essenciais, autônomas, próprias, só podiam constituir-se no futuro. Dessa forma, Marx podia sentir-se identificado com as palavras de seu mestre Hegel, que em suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal* afirmava que o que acontecia no Novo Mundo não passava de eco do Velho Mundo e, portanto, de reflexo de uma vida alheia” (*ibid.*, p. 82-83, *grifos no original*).

Ao que parece, portanto, Aricó curiosamente acredita que a perspectiva unilinear para o desenvolvimento histórico teria sido superada por Marx, a não ser para o caso da América Latina. Isto porque, segundo Aricó, aos olhos de Marx nosso continente estaria condenado “a um presente aberto apenas à perspectiva imediata de uma repetição do caminho percorrido pela Europa” (*ibid.*, p. 83). A partir disso, Aricó está apto a oferecer um diagnóstico: para Marx a “interioridade” da América Latina “era *inapreensível* e, enquanto tal, inexistente” (*ibid.*, *grifo no original*). Marx, então, sofreria de um tipo de “cegueira teórica” (*ibid.*, p. 106): não seria capaz de enxergar a formação dos Estados latino-americanos, uma vez que “seria impossível encontrar neste processo de construções de estados algo idêntico ou semelhante ao ocorrido na Europa, por exemplo” (*ibid.*, p. 85).

Para Aricó, diante do fenômeno do desenvolvimento desigual, o autor de *A ideologia alemã*,¹³ que afirmara publicamente não ser “possível fazer a história com fórmulas” (MARX, 2009, p. 152), teria decidido deixar de lado uma realidade que não se encaixaria nos moldes da formação dos Estados nacionais europeus. A bem da verdade, para Aricó, a Marx não teria restado escolha, uma vez que abaixo do Rio Grande a construção nacional fora um “fato puramente

¹³ “As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. A dificuldade começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à ordenação do material seja de uma época passada ou do presente, quando se passa à exposição real. A eliminação dessas dificuldades é condicionada por pressupostos que não podem ser expostos aqui, mas que resultam apenas do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95).

estatal” (ibid., p. 87), uma antinomia insolúvel para a teoria marxiana. Explica o autor com quem debatemos:

“Era essencialmente a *característica* do processo, muito mais que sua *debilidade* ou inexistência, a motivadora da atitude omissa de uma dinâmica histórico-social que contrastava violentamente com a concepção própria de Marx sobre o estado. Se um princípio de sua teoria era a negação do estado como centro produtor da sociedade civil; se, como afirma reiteradamente e volta a repetir em suas observações a Maine, ‘a suposta existência independente e suprema do estado *só é aparente* e (...) em todas suas formas é uma *excrescência* da sociedade’, sua visão da sociedade civil latino-americana, como o primado do arbítrio, implicava, necessariamente a desqualificação dos processos de construção de estados que ali se operavam. É por isso que só vê neles a arbitrariedade, o absurdo e, em resumo, a irracionalidade autoritária” (ibid., p. 87-88, *grifos no original*).

Notemos de passagem que a crítica de Aricó possui antecedentes que vão ficando cada vez mais claros conforme o autor desenvolve seu argumento. A suposta incapacidade de compreender a autonomia da esfera estatal dever-se-ia ao “economicismo” de Marx, ou seja, à “projeção elíptica da imanência setorial do ‘econômico’ sobre a totalidade das relações sociais e de sua história enquanto transformação permanente” (ibid., p. 107). É lógico que se as determinações econômicas guardam uma relação de antecedência única, exaustiva e necessária com as demais esferas do ser, todas as relações sociais podem ser reduzidas ao “econômico”. Em adição, fica absolutamente inconcebível a desigualdade no desenvolvimento dos diversos complexos que conformam o ser social. Nos termos de Aricó:

“O ataque da concepção hegeliana do estado teve o efeito contraditório de obscurecer sua visão de um processo caracterizado por uma relação assimétrica entre economia e política, de modo que, não podendo individualizar o ‘núcleo racional’ constitutivo do processo – a ‘lei de movimento’ da sociedade – *Marx reduziu a ‘política’ a puro arbítrio*, sem poder compreender que era precisamente nessa instância onde o processo de construção estatal tendia a se coagular. Lembremos que a negação do estado como centro produtor da sociedade civil é um princípio constitutivo do pensamento de Marx” (ibid., p. 107, *grifos nossos*).

Tal ausência de uma teorização sobre o Estado não estaria, portanto, restrita ao caso latino-americano. Do determinismo econômico deriva-se a exclusão, no “sistema marxiano”, de “uma teoria e uma análise positiva das formas institucionais e das funções do político” (*ibid.*, p. 109). A formulação apresentada por Aricó está longe de ser original. Kohan resgata debates iniciados em princípios do século XX para concluir que, apesar dos inúmeros questionamentos, a leitura economicista de Marx “continuó durante mucho tiempo siendo aceptada en la Academia (...) como la ‘verdad ultima’ del marxismo” (KOHAN, 2009, p. 75). Mais especificamente, Casas, por sua vez, observa que as teses de Aricó remontam às posições defendidas por Bobbio (CASAS, 2009, p. 57).

No final dos anos 1970, por razões fundamentalmente políticas – como demonstra Kohan (2009, p. 85-90) – ganham notoriedade “las numerosas polémicas desarrolladas en la cultura italiana y europea en general por el profesor Norberto Bobbio, de vasta repercusión e influencia en la intelectualidad de Argentina, México y otros países de América Latina” (*ibid.*, p. 76). De fato, ainda que nos pareça possível rastrear em escritos anteriores de Aricó a raiz das críticas que estamos analisando nesta seção,¹⁴ parece-nos que *Marx e a América Latina* (1982), curiosamente, representa a definitiva adesão do professor argentino, radicado no México, à moda europeia. Kohan descreve-a sucintamente: “El requisito subyacente consiste en reducir a Marx, etiquetarlo y encasillarlo como simple teórico del ‘factor económico’ para poder, a continuación, declarar a los cuatro vientos que el marxismo carece de una teoría política” (*ibid.*, p. 80).

¹⁴ Por exemplo, lê-se em *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*, que consiste na transcrição de um curso proferido em 1977: “Lo que Marx planteó en *La ideología alemana* como elemento vertebrador y como propuesta de trabajo para este movimiento que habría de crear era dos grandes campos de problemas: la **deducción** a partir de la *base real* de la sociedad de todas las superestructuras idealistas, de todas las superestructura ideológicas que encubrían a la sociedad capitalista, vale decir el develamiento de la naturaleza real del estado, del derecho, de la historia, de la ciencia, de todos los elementos que conforman la vida social (...)” (ARICÓ, 2011, p. 27, *grifos em itálico no original, grifo em negrito nosso*).

O Estado como "produtor da sociedade civil"

Não nos cabe aqui reafirmar a teoria política ou discutir o desenvolvimento da teoria do Estado de Marx, mas responder ao ataque deliberado de Aricó à possibilidade de se pensar o desenvolvimento desigual a partir das formulações marxianas. Para tanto, optamos por um caminho relativamente simples, mas que nos parece suficiente diante de tal objetivo. Destarte, recordemos a alusão feita por Aricó à crítica juvenil de Marx à filosofia do direito de Hegel. Ainda que Aricó compreenda equivocadamente o significado do rechaço de Marx "ao papel do estado como instância produtora da sociedade civil" (ARICÓ, 1982, p. 104), propomos tomar inicialmente a questão exatamente no sentido dado pelo autor. Nossa intenção não consiste em puramente demonstrar que a crítica de Aricó, mesmo nos seus termos, carece de sentido. Adicionalmente, queremos descartar de vez a falsa ideia de que a teoria marxiana negar-se-ia a "dotar a esfera estatal de eficácia própria" (*ibid.*, p. 109); assim como apresentar a base real de erros como o de Aricó.

Com tão modestos objetivos, não precisamos ir além do famoso capítulo *A assim chamada acumulação primitiva*, de *O capital*, no qual Marx discute a emergência de pressupostos históricos do modo de produção capitalista. A saber: "(...) a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias" (MARX, 2013, p. 785). A questão de fundo no capítulo, portanto, é apresentar o "pecado original" do modo de produção capitalista, em uma analogia que dá, desde o início, seu tom (*ibid.*, p. 785). Aqui não se vê a peculiar agressividade com que Marx defronta-se ao reacionarismo romântico ocupar grande espaço (como em seus primeiros textos sobre a Índia, do início dos anos 1850),¹⁵ uma vez que se trata,

¹⁵ Isso não significa que o antirromantismo de Marx não tenha vindo à tona. Sintomaticamente, o capítulo é fechado com uma passagem, em nota, do *Manifesto do partido comunista*, que reproduzimos em parte: "De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. (...) As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem à burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias (...) são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História" (MARX; ENGELS, 2010, p. 49).

fundamentalmente, de fazer um contraponto às fantasiosas narrativas da economia política, assim resumidas pelo autor:

“Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. (...) Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada pra vender, a não ser sua própria pele” (*ibid.*, p. 785).

No texto, portanto, esses belos contos burgueses são confrontados com a “história real”, na qual, “como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (*ibid.*, p. 786). Sinteticamente: “Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (*ibid.*, p. 786).

Nos interessam para o debate com Aricó, sobretudo, os momentos em que Marx reconhece o Estado como um agente fundamental dos processos de aterradora violência extra-econômica que puseram as condições necessárias para a produção capitalista desenvolvida. Isto é – no sentido dado por Aricó – momentos em que o “Estado produz a sociedade civil”. A “produção da sociedade civil”, isto é, da sociabilidade burguesa,¹⁶ pressupõe o domínio do capital sobre a produção e, portanto, que sejam postos frente a frente “duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias”:

“(…) de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho” (*ibid.*, p. 786).

¹⁶ Em tempo, ainda que já tenhamos feito uma advertência sobre a influência praticamente nula das formulações teórica de Gramsci na construção do argumento de *Marx e a América Latina*, o fato de ter sido Aricó um importante divulgador do pensamento do marxista sardo pode ensejar um mal entendido. Como se sabe, a categoria sociedade civil em Gramsci tem um significado diverso do que recebe da pena de Hegel e de Marx. Em *Marx e a América Latina* Aricó não apenas não faz referências a Gramsci, como demonstram as citações que usamos na seção anterior, como conhecia bem o significado de “sociedade civil” no pensamento marxiano. Sociedade civil, para Marx, é a sociabilidade mercantil engendrada pelo modo de produção capitalista. Em suma, a crítica de Aricó a Marx não tem nada a ver com as concepções gramscianas sobre as relações Estado/sociedade civil.

Assim, do ponto de vista da oferta de braços para o processo de produção segundo a lógica da expansão do valor, importa: por um lado, observar de que maneira o Estado operou momentos do “processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu” (*ibid.*, p. 786); por outro, analisar de que maneira o Estado favoreceu a imposição ao proletariado do hábito do assalariamento, isto é, da venda da força de trabalho. Além disso, devemos ressaltar o relato de Marx sobre a atuação do Estado como indutor da emergência e consolidação da classe capitalista em suas diferentes frações, mas especialmente, dado o escopo do livro I de *O capital*, dos capitalistas industriais.

O longo processo de gênese ontológica das condições necessárias à produção capitalista deu-se ao fundo da “luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes” (*ibid.*, p. 787). Esta luta política teve por palco privilegiado o Estado, que por fim moldou-se à nova ordem, embora não como reflexo perfeito das determinações econômicas, mas pela forma necessariamente desigual com que as lutas de classes o conforma em cada momento e lugar.

Notemos que “se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor culpa” (*ibid.*, p. 787). Assim, tomando os eventos ingleses como ilustração deste processo, Marx aponta que entre as causas da dissolução da unidade entre trabalhadores e condições objetivas do trabalho, a Reforma Protestante, no século XVI, configurou-se como um “terrível impulso”, através do “roubo colossal dos bens da Igreja” (*ibid.*, p. 792-793). Segundo o autor:

“Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos rapaces favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassalos hereditários e açambarcaram suas propriedades” (*ibid.*, p. 793).

O Estado inglês, como espaço de afirmação dos interesses de uma elite dominante seguiu, ainda que acidentalmente, forjando as condições que (*post festum*) sabemos necessárias a este modo de produção. Esse mote de usurpação

de terras,¹⁷ taxaço escorchante sobre os camponeses e transformação de títulos feudais em “propriedade privada de bens” traspassou todo o período da restauração dos Stuarts (*ibid.*, p. 795), até que a Revolução Gloriosa, no final do século XVII, “conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas” (*ibid.*, p. 795). Daí em diante, passou-se a praticar “em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. (...) Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal” (*ibid.*, p. 795).

Se até então a expropriação das massas trabalhadoras, a mercantilização do solo e a acumulação de capital nas mãos de uma minoria privilegiada davam-se por meios ilegais, ainda que através do Estado, a partir do século XVIII a própria legislação torna-se “o veículo do roubo das terras do povo” (*ibid.*, p. 796). De acordo com Marx:

“A forma parlamentar do roubo é a das *‘Bills for Inclosures of Commons’* (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo” (*ibid.*, p.796).

Por fim, o século XIX a Grã-Bretanha assistiu ao “último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra”, o “*clearing of estates*”, isto é, limpeza das propriedades, “o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos” (*ibid.*, p. 800). Esta fase do bárbaro processo de expulsão e extermínio de milhares de famílias teve lugar, especialmente, nas altas terras escocesas. Sua ignomínia é exemplificada por Marx pelas “limpezas” realizadas “por ordem da duquesa de Sutherland” (*ibid.*, p. 800-801). “Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu (...) aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens o condado inteiro” (*ibid.*, p. 801-802).

Em suma, estes e outros “métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (*ibid.*, p. 804). No que diz respeito à última das consequências listadas da desavergonhada violência praticada, inclusive através do Estado, notemos que em se tratando de um

¹⁷ Para que fossem transformadas em pastagens de ovelhas (MARX, 2013, p. 790).

processo massivo iniciado no século XV, resulta claro que “esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo” (*ibid.*, p. 805). Além disso, “os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação” (*ibid.*, p. 805).

Nesse contexto, ainda que variasse o objetivo imediato, o Estado cumpriu a função histórica fundamental (*post festum*) de moldar os hábitos dessa enorme horda de miseráveis. O notável aumento da miséria, com a profusão de “mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias”, explica “o surgimento em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem” (*ibid.*, p. 806).

A educação das massas para as novas formas de vida correspondia a uma condição absolutamente fundamental para o incipiente modo de produção burguês. O Estado atuou decisivamente também neste aspecto. Com o desenvolvimento da sociabilidade do valor, a violência extra-econômica transforma-se gradativamente em momento subordinado. No entanto, enquanto a “subordinação do trabalho ao capital era apenas formal” (*ibid.*, p. 809), isto é, antes da afirmação plena das tendências relativas ao modo capitalista de produção:

“A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (*ibid.*, p. 809).

A criminalização dos movimentos dos trabalhadores corresponde a um importante filão da “sórdida ação do Estado” para elevar “o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital” (*ibid.*, p. 813). Sobre isso, Marx relata a proibição das coalizões de trabalhadores, vigente na Inglaterra desde o século XIV e revogada apenas em 1825, “diante da atitude ameaçadora do proletariado”, mas cujos últimos resquícios são formalmente eliminados no país apenas em 1871 (*ibid.*, p. 810-811). Ainda assim, a mera liberação formal não significa que o Estado, na Inglaterra ou em qualquer outra parte, passe a eximir-

se da responsabilidade por essa e outras tarefas que colaboram para a elevação do grau de exploração da força de trabalho.¹⁸

Consolidado o modo de produção burguês, o Estado não deixa de atuar de maneira decisivamente propulsora para a acumulação de capital, nem se torna dispensável, em termos absolutos, a violência extra-econômica. Mas as determinações propriamente econômicas, a seu modo estupidamente violentas, assumem posto central, condicionando, inclusive, o exercício da força. Ademais, a correlação das forças das classes, cujo antagonismo assume necessariamente forma política, determina o desenvolvimento da forma estatal que, portanto, não necessariamente obedece de maneira direta às necessidades do processo de acumulação de capital. Isto é, que se desenvolve em desigualdade com relação ao modo de produção. Assim, por exemplo, apesar dos pouco convincentes, mas elegantes, modelos matemáticos da ortodoxia econômica, a lei do salário mínimo (ainda que fixado, em geral, a nível muito abaixo das necessidades básicas de uma família trabalhadora, como no caso do Brasil) tem ainda hoje vigência em diversos países.

A sequência lógica do tema nos defronta, e a Marx, com a seguinte pergunta: “de onde se originam os capitalistas?” (*ibid.*, p. 813). Seguimos nos ocupando apenas do papel do Estado neste processo que, como demonstra Marx, representa indispensável impulso para a gênese da indústria burguesa (*ibid.* p. 820). Apesar de Aricó curiosamente considerar que o relato permeado por fatores contingentes sobre a formação de Estados nacionais na América Latina, em *Bolívar y Ponte*, revelaria o desprezo de Marx pelos povos do continente, uma série de casualidades históricas mostraram-se fundamentais para a emergência das condições da sociabilidade burguesa. No que diz respeito ao acúmulo vultuoso de capital em poucas mãos, momentos fortuitos não foram menos importantes:

¹⁸ Sobre a Inglaterra, tratando a forma dissimulada como a legislação anticondição foi resgatada logo após sua formal abolição em 1871: “Como vemos, o parlamento inglês só renunciou às leis contra as greves e *trade unions* contra sua vontade e sob a pressão das massas, depois de ele mesmo ter assumido, por cinco séculos e com desavergonhado egoísmo, a posição de uma permanente *trade union* dos capitalistas contra os trabalhadores” (MARX, 2013, p. 812).

“A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco” (*ibid.*, p. 821).

Assim, o mercado mundial está nas raízes deste modo de produção que, ademais, só se pode desenvolver com base na subordinação de nações que orbitam sua periferia. Isso indica, indubitavelmente, que a forma desse desenvolvimento no mercado mundial não pode ser senão desigual. A partir da expansão colonialista, Marx nota o encadeamento de momentos essenciais para a gênese desse modo de produção (ou, para a “produção da sociedade civil” desenvolvida, diria Aricó), através do Estado. Sua naturalidade inglesa, ainda que permeada de contingências, não é meramente casual:

“Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, *lançaram mão do poder do Estado*, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro” (*ibid.*, p. 821, *grifos nossos*).

As onerosas despesas do sistema colonial,¹⁹ argumenta Marx, tinham como complemento necessário o endividamento do Estado, isto é, o “sistema de crédito público” (*ibid.*, p. 824). Por um lado, “uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (*ibid.*, p. 824); por outro, impulsor da “sociedade por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa

¹⁹ Segundo Marx: “Hoje em dia a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o 'deus estranho' que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade” (MARX, 2013, p. 824).

palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (*ibid.*, p. 825). Sabemos que o desenvolvimento das formas de capital logicamente derivadas do capital-dinheiro é ponto de apoio *sine qua non* do desenvolvimento do capital industrial, como Marx reconhece e trata em detalhes nas seções 4 e 5 do Livro III de *O capital*. Grandes bancos desenvolvem-se “sob a guarda dos governos” e, com as dívidas públicas, surge “um sistema internacional de crédito”, que se converte em campo privilegiado de extração de mais-valor internacionalmente e, portanto, de acumulação primitiva “neste ou naquele povo” (*ibid.*, p. 825).

Da necessidade da geração de receitas pelo Estado para cobrir o pagamento da dívida, a necessidade do “moderno sistema tributário” (*ibid.*, p. 826). Monstruosa ferramenta cuja “eficácia expropriadora é ainda reforçada pelo sistema protecionista, uma de suas partes integrantes” (*ibid.*, p. 826). Em suma, Marx cuidadosamente aborda o papel do Estado na “produção da sociedade civil”, o que joga por terra críticas desatentas como as de Aricó e consortes. O papel histórico fundamental do Estado para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ademais, representa a base real, concreta, das mistificações estatistas do tipo reproduzido por Aricó.

Considerações finais

No entanto, o sentido dado por Aricó à relação entre Estado e sociedade civil em Marx não nos cai bem pois suas categorias são equivocadas. A esfera da produção (e reprodução) material da existência guarda com as demais esferas que compõem o ser social uma relação de prioridade ontológica. Isso significa que a reprodução material, a esfera econômica, representa a condição essencial para a existência humana. Dito em outros termos, é pela esfera econômica que se garante a continuidade da existência e, portanto, a história humana, já que o “primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Assim: “a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é (...) observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (*ibid.*, p. 33).

É precisamente neste sentido que Marx fala da relação entre sociedade civil e Estado. Ao contrário do que pensa Aricó, isso não significa a projeção mecânica do “econômico” sobre os demais complexos da objetivação social. Como magistralmente defende o último Lukács, “da prioridade ontológica de um modo de ser com relação aos demais não se segue nenhum tipo de posicionamento nem no sentido positivo nem no sentido negativo dentro de alguma hierarquia de valores” (LUKÁCS, 2013, p. 258).

No polo oposto, mas igualmente falso, reside o que Lukács chama de “fetichização do complexo”, que corresponde à atribuição de uma autonomia absoluta a alguma esfera da existência (*ibid.*, p. 251). A ontologia marxiana reconhece que cada complexo tem, em si, determinações próprias e, portanto, uma dinâmica própria. Contudo, essa autonomia necessária não pode implicar a completa “independência em relação à estrutura e à dinâmica do desenvolvimento do respectivo estágio da sociedade” (*ibid.*, p. 260). Isto é, o ser social pode ser representado como um “complexo de complexos”, cujo movimento tem por condicionante último a esfera da produção material e no qual cada complexo (inclusive o econômico) apresenta-se com uma autonomia apenas relativa.²⁰

É precisamente através da interação entre os complexos entre si heterogêneos, mas indissolúvelmente conectados como partes de uma totalidade, que Marx aborda o problema do desenvolvimento desigual em termos gerais. Trata-se, “de um ponto de vista metodológico geral”, de se observar a constituição particular de um complexo como momento determinado da totalidade social (*id.*, 2012, p. 392). Marx é absolutamente preciso, portanto, quando, ao discutir a desigualdade entre o desenvolvimento artístico e o desenvolvimento geral da sociedade, assevera: “A dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas” (MARX, 2011, p. 63). Assim, trata-se da explicitação das condições concretas que põe os complexos em uma relação de

²⁰ Em *Miséria da filosofia*, diz Marx, as relações de produção em uma determinada sociedade formam um todo (MARX, 2009, p. 126), isto é, um complexo. A totalidade do “corpo social” corresponde à interação simultânea de todas as relações sociais, cada uma, em si mesma, uma totalidade relativa. A sociedade pode ser representada, portanto, como um complexo formado por complexos parciais, relações sociais que coexistem “sustentando-se umas às outras”, cada qual, porém, com relativa autonomia (*ibid.*, p. 127).

anacronismo²¹, isto é, “em estágios distintos de desenvolvimento” (MEDEIROS, 2013, p. 96).

Isso pode acontecer, a rigor, porque as tendências particulares, relativas a cada complexo, assim como as tendências universais dominantes de desenvolvimento, “se constituem a partir de atos individuais, fundados em alternativas” (LUKÁCS, 2012, p. 393). Desta forma, são extremamente variadas as possibilidades resultantes da interação entre os diversos complexos que conformam o ser social. Isso significa que o desenvolvimento deve assumir um caráter desigual tanto no que diz respeito à relação entre os complexos, isto é, um complexo não pode nunca ser meramente deduzido de outro; quanto no que diz respeito ao desenvolvimento de um modo de produção em diferentes contextos sociais, o que só representa uma efetividade concreta (a nível mundial) no modo de produção capitalista.

A propósito, acreditamos que seja essa a fundamentação teórica subjacente ao seguinte comentário sucinto de Marx em *Crítica do Programa de Gotha*:

“A ‘sociedade atual’ é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O ‘Estado atual’, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. ‘O Estado atual’ é uma ficção. No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais” (MARX, 2012, p. 42).

“*Le mort saisit le vif!* (O morto se apodera do vivo)” como sintetiza ao tratar da desigualdade do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, em *O capital* (MARX, 2013, p. 79). Ademais, é justamente no contexto da relação entre o modo burguês de produção e as “relações jurídicas, tais como formas de

²¹ Segundo Bensaïd: “ao articular temporalidades heterogêneas entre si, Marx inaugura uma representação não linear do desenvolvimento histórico e abre caminho para as pesquisas comparativas” (BENSAÏD, 2003, p. 50. Tradução livre).

Estado” (MARX, 1986, p. 25), que Marx põe a questão resgatada em termos profundamente deformados por Aricó. Em suma, discordamos da reedição, feita Aricó, das teses antimarxistas que apontam a ausência de uma formulação sobre o Estado em Marx. Ao autor de *Marx e a América Latina* falta, a rigor, densidade na compreensão da teoria marxiana para a historicidade social, o que se revela em sua incapacidade de percebê-la como base para se pensar o necessário anacronismo entre forma estatal e desenvolvimento econômico em diferentes contextos sócio-históricos, isso para não falar da necessária desigualdade no desenvolvimento econômico geral.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, K. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *La cola del diablo: itinerario de gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2005.
- _____. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo: curso de El Colegio de México*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2011.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo: Grandezas y miserias de una aventura crítica*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2013.
- BIANCHI, A. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade: Revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 9, n. 16, pp. 177-203, 2010.
- BURGOS, R. La interferencia gramsciana en la producción teórica y política de la izquierda latino-americana. *Periferias Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 33-64, , 1997.
- CASAS, A. Cuestión nacional-colonial y “eurocentrismo” en Marx: Implicaciones para América Latina. *Oikos: Revista de economía heterodoxa*, Rio de Janeiro, a. VII, n. 9, p. 49-62, 2008.
- DUSSEL, H. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latino-americana*. Iztapalapa: Siglo XXI, 1990.
- GALISSOT, R. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. In: HOBBSAWM, E. (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v. IV.

- HERRERA, R. Theories of the Capitalist World-System. In: BIDET, J.; KOUVELAKIS, S. *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden: Brill, 2008.
- ÍPOLA, E. Para ponerle la cola al diablo. In: ARICÓ, J. *La cola del diablo: itinerario de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2005.
- KOHAN, N. *Marx en su (Tercer) Mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Caracas: El Perro y la Rana, 2009.
- _____. *Simón Bolívar y nuestra independencia: una lectura latino-americana*. Buenos Aires: Ediciones digitales La rosa Blindada, 2013.
- LÖWY, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Miséria da filosofia: Resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Grundrisse*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, livro I.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América Latina*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.
- _____. *Marx and Engels Complete Works (MECW)*. Moscou: Progress Publishers, 1975, 50 v.
- _____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemão em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEDEIROS, J. L. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: da UFF, 2013.
- MIRANDA, F. *Desenvolvimento desigual e mercado mundial: uma contribuição teórica a partir de Marx*. Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, 2016.

PRADELLA, L. *Globalization and the Critique of Political Economy: New insights from Marx's writings*. Oxon: Routledge, 2015.

RAMOS, J. *História da nação latino-americana*. Florianópolis: Insular, 2014.

SCARON, P. A modo de introducción. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América Latina*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.